

Academia apresenta posição sobre Código

Categories : [Notícias](#)

Enquanto, na Câmara, o presidente Marco Maia (PT-RS) quer levar a votação do Código Florestal à primeira semana de maio, a academia pede mais tempo para o debate. Nesta segunda-feira, 25, a [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência \(SBPC\)](#) e [Academia Brasileira de Ciências \(ABC\)](#) apresentaram, em Brasília, os resultados dos estudos realizados pelo grupo de trabalho, que analisou as questões relativas ao substitutivo à luz do conhecimento científico e tecnológico.

O livro, intitulado [“O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo”](#), é a contribuição da academia para uma discussão que ela alega não ter sido convocada.

No documento, fruto do trabalho voluntário de doze grandes pesquisadores, as entidades defendem o tratamento especial para os pequenos agricultores familiares; a proteção das riquezas da biodiversidade; inteligência e justiça no uso do solo; compatibilização de interesses gerando harmonia no campo e na cidade; e aplicação responsável da ciência e tecnologia.

Importância de APP e RL

Um dos pontos frisados foi também a importância das [Áreas de Preservação Permanente \(APP\)](#) e Reserva Legal (RL) para preservação da biodiversidade e também para valorização do imóvel rural. “Temos que parar de achar que APP é área improdutiva, se bem utilizada e conservada, ela pode ser produtora de serviços ambientais”, afirmou Antônio Nobre, engenheiro agrônomo do [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais \(INPE\)](#).

De acordo com os dados, os rio de até 5m de largura compõem mais de 50% em extensão da rede de drenagem do país. A redução proposta pelo substitutivo de 30m para 15m da faixa de APP resultaria numa diminuição drástica de 31% na área protegida em relação à lei atual.

A [presidente da SBPC, Helena Nader](#), afirmou categórica que, “Se for votado o acordo do jeito que está será uma tragédia para o Brasil, e será a primeira vez no país que o Código será votado sem a participação da ciência”. Segundo ela, a entidade não emite opinião: “aqui ninguém é a favor ou contra, nós evidenciamos os fatos comprovados pela ciência”.

Foi destacada a necessidade de mais tempo para realizar um estudo à altura. Estima-se um prazo de dois anos para chegar a um acordo nacional com as instâncias.

Entre segunda e quarta-feira, exemplares do documento serão entregues aos presidentes da Câmara e do Senado, e aos ministros da Casa Civil, da Agricultura, do Meio Ambiente, da Ciência

e Tecnologia, da Educação e da Integração Nacional.

Acesse [aqui](#) o estudo completo.

Saiba Mais:

[Código Florestal atual](#)
[Proposta do Aldo Rebelo](#)

Artigos relacionados:

[ANA sai em defesa das matas ciliares](#)
[Ministra acata aos pedidos da Amazônia](#)
[Com emoção, debate do código é retomado](#)
[Cobertura completa do Código Florestal](#)